

Finanças

GAZETA MERCANTIL

Localiza

ACERTO EXTERNO/FMI

Cortes condicionam retomada de negociações

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro só retomará as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para definir as metas do acordo "stand-by" para este segundo semestre, quando o presidente da República aprovar um novo pacote de corte de gastos. "O FMI não aceitaria um pedido de 'waiver' se não pudermos cumprir as metas para o terceiro e o quarto trimestres", assinalou ontem o secretário de Planejamento, Pedro Pullen Parente, coordenador das negociações com o FMI, ao anunciar oficialmente os resultados do programa econômico no primeiro semestre do acordo. Nesse período, todas as metas, exceto o déficit público nominal, foram cumpridas."

Ontem seguiu para Washington uma missão técnica brasileira para mostrar ao Fundo o desempenho dos cinco critérios de performance que sustentam o acordo. Essa missão "não é negociadora", adiantou Parente. "Só poderemos partir para uma negociação quando tivermos medidas adicionais de cortes de gastos elaboradas e aceitas pelos escalões superiores", reforçou. Não há prazo para que o governo defina onde e quando cortar. A rigor,



Pedro Pullen Parente

não haveria clima político para um esforço fiscal adicional, já que no último dia 31, numa reunião ministerial, a área econômica levou ao presidente uma lista de cortes de gastos e saiu com a incumbência de encontrar mais recursos para os ministros do PFL.

CARTA DE
RECOMENDAÇÃO

Da lista de cortes constava o adiamento do pagamento de metade do 13º salário do funcionalismo público para o ano que vem, menos verbas para os CIAC (Centro Integrado de Apoio à Criança), para Xingó, menos crédito para o setor público em geral e maior freio na Caixa Econômica Federal. Agora, a área econômica tenta buscar novas alternativas. "Não adianta levar ao FMI medidas não aprovadas politicamente pelos escalões superiores", ponderou o secretário de Planejamento. O foco de redução de despesas estaria, agora, direcionado para os investimentos das empresas estatais. Para que essas medidas, se aprovadas, surtam efeitos nos meses mais problemáticos para o controle do déficit — de outubro a dezembro próximos, teriam que ser aprovadas no mais tardar até setembro.

Também em setembro, após aprovação pelo Senado Federal a minuta do acordo com os bancos credores ("term-sheet"), de reestruturação da dívida externa, o governo brasileiro precisará de uma carta de recomendação do FMI pa-

ra acompanhar esse documento que será enviado aos mais de 600 bancos credores, conforme assinalou o diretor da área externa do Banco Central, Armínio Fraga. Nessa carta o FMI deveria dizer que "o programa econômico com o Brasil está nos trilhos", como exemplificou Fraga. Para que isso possa ser escrito, é preciso que haja prosseguimento do acordo, com a definição dos números básicos para o período julho-dezembro.

BANCO MUNDIAL

Outro complicador decorrente dessa indefinição quanto ao acordo com o FMI é o Banco Mundial. A instituição firmou compromisso de somente aprovar programas setoriais — de desembolso rápido e com uma parcela destinada a formação das garantias para o acordo com os bancos credores — quando o FMI fizer o desembolso da segunda parcela do empréstimo do "stand-by" — equivalente a 180 milhões de direitos especiais de saque (ou US\$ 260,9 milhões pela cotação de ontem do DES). A segunda e terceira parcelas do empréstimo seriam liberadas neste mês se todas as metas do semestre tivessem sido rigorosamente cumpridas. Como a área econômica somente prepararia um pedido de "waiver" (dispensa) pelo não cumprimento do teto do déficit nominal se tivesse assegurado um conjunto de medidas de redução dos gastos públicos sobretudo para o quarto trimestre do ano, não há sinais, por enquanto, de liberação dos recursos do Fundo e portanto, continuam fechadas as possibilidades de financiamentos setoriais do Banco Mundial. Bird e FMI são duas fontes substanciais de recursos para formação das garantias aos bancos credores internacionais, juntamente com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e reservas cambiais do País.

IMPEDIMENTOS
POLÍTICOS

Parente esclareceu, contudo, que o programa "stand-by" com o Fundo

METAS DO ACORDO COM O FMI

Quadro Resumo — Excluído Fat	Março/92			Junho/92		
	Meta	Evolução Provável	Margem (+) Desvio (-)	Meta	Evolução Provável	Margem (+) Desvio (-)
I — Reservas Internacionais Líquidas (US\$ milhões)/1						
Varição no período	8.530	15.810	7.280	8.960	20.491	11.531
II — Desembolsos externos líquidos (US\$ milhões)/1						
Fluxo Acumulado	10.130	9.140	990	10.260	8.721	1.539
III — Crédito Interno Líquido (Cr\$ bilhões)/1						
Varição Acumulada	- 11.138	- 22.537	11.399	- 10.450	- 31.441	20.991
IV — Resultado nominal (Cr\$ bilhões)						
Fluxo Acumulado	59.000	63.898	- 4.898	120.000	170.954	- 50.954
V — Resultado Operacional (Cr\$ bilhões)						
Fluxo Acumulado	5.600	10.072	- 4.472	11.400	11.384	16
VI — Resultado Primário (Cr\$ bilhões)						
Fluxo Acumulado	- 6.500	- 4.644	- 1.856	- 14.800	- 14.230	- 570

/1 Metas ajustadas p/ Clube de Paris.

Fonte: Ministério da Economia/Banco Central.

RESULTADO DA POLÍTICA FISCAL

Necessidades de financiamento do setor público por níveis de governo — exclusive FAT Cr\$ bilhões	Março/92			Junho/92		
	Meta	Evolução provável	Margem (+) desvio (-)	Meta	Evolução provável	Margem (+) desvio (-)
Nominal	59.000	63.898	- 4.898	120.000	170.954	- 50.954
Governo Federal e Banco Central	12.436	23.233	- 10.797	22.735	65.657	- 42.922
Governos Estaduais e Municipais	23.249	22.883	366	48.420	57.304	- 8.884
Empresas Estatais	23.315	17.782	5.533	48.845	47.992	853
Operacional	5.600	10.072	- 4.472	11.400	11.384	16
Governo Federal e Banco Central	- 598	4.887	- 5.485	- 1.995	5.861	- 7.856
Governos Estaduais e Municipais	2.725	3.771	- 1.046	5.868	2.947	2.921
Empresas Estatais	3.474	1.415	2.058	7.526	2.576	4.950
Primário	- 6.500	- 4.664	- 1.836	- 14.800	- 14.230	- 570
Governo Federal e Banco Central	- 3.834	- 1.643	- 2.191	- 8.046	- 7.588	- 458
Governos Estaduais e Municipais	- 1.093	- 346	- 747	- 2.865	- 3.239	374
Empresas Estatais	- 1.574	- 2.656	1.082	- 3.889	- 3.404	- 485

Fonte: Ministério da Economia/Banco Central.

Monetário Internacional não está suspenso. A negociação sobre as metas para este segundo semestre que deveria ter iniciado neste mês de agosto, está adiada em função da necessidade

de novos cortes de gastos, mas a expectativa é de que tão logo o governo consiga contornar os impedimentos políticos para viabilizar a redução dos gastos, se possa retomar as conversas

com o fundo. "Esse é o ponto chave", sublinhou o secretário de planejamento. Ele, contudo, disse: "não sabemos quando isso ocorrerá, estou sendo absolutamente franco com vocês".